

A terra e sua posse conforme o Antigo Testamento

Observações e perguntas

Erhard S. Gerstenberger

I. Avaliação de concepções básicas

Preconceitos podem ser extremamente perigosos. Afastam-nos da realidade, levando-nos a construir um mundo utópico em que nos refugiamos, e, por fim, induzindo-nos a odiarmos o próprio ambiente real, o qual evidentemente não quer ajustar-se àquelas imaginações proferidas com certeza última. Entretanto, as nossas concepções básicas (como, por exemplo a da "propriedade privada") sempre se encontram sob a ameaça de se converterem em preconceitos. Já há de antemão, uma tentação inerente ao fato de que ninguém deseja refletir nem questionar os valores fundamentais da sociedade. Concepções imutáveis, porém, que não fossem valorizadas sempre de novo, facilmente se tornariam obsoletas, impedindo ou então corrompendo inevitavelmente o desenvolvimento humano e social.

Preconceitos podem se tornar destrutivos. Isso vale, particularmente, quando idéias predeterminadas têm uma raiz religiosa. Pois em todos esses casos a convicção religiosa ultrapassa a realidade humana. E, fortalecendo preconceitos sociais, raciais, nacionais, etc., aquela fé provoca agressividade e fanatismo. As numerosas "ideologias" no mundo de hoje são nada menos do que padrões de idéias predeterminadas, incapazes de se modificarem conforme as necessidades e carências do homem, pois baseadas em diversos sistemas de fé religiosa ou pseudo-religiosa. A fé em Cristo contradiz todas as ideologias, insistindo em que o homem sempre de novo deve viver o amor de Deus.

Tudo isto serve como justificação suficiente para que nós nos refiramos à Bíblia, ou seja, aos iniciadores da nossa fé, a fim de descobrirmos as nossas próprias falhas e oportunidades. O diálogo com aqueles que viveram há longo tempo numa cultura bem diferente, mas sob a direção do mesmo Deus, pode estimular a nossa capacidade de

discernir os conceitos legítimos e humanos para a construção do nosso mundo. Por outro lado, existe ainda outra motivação para que nos dediquemos ao testemunho do Antigo Testamento quando buscamos um caminho certo nos nossos dias. O povo de Israel, através do cristianismo grego e latino, exerceu também uma influência direta na formação da nossa própria cultura. Quer dizer, vivemos, apesar de todas as rupturas históricas, numa certa continuidade com o povo do Antigo Testamento. Muitos de seus conceitos ainda estão vigentes, modificados ou não, reconhecidos ou não. Isso vale sobretudo para idéias acerca da ordem social: Os conceitos “justiça social”, “indivíduo” e “sociedade”, “opressão” e “libertação” muitas vezes se derivam, mais ou menos obviamente, das fontes veterotestamentárias. Assim, podemos pressupor que existem também ligações entre os conceitos modernos e antigos a respeito da propriedade da terra.

II. Israel: o povo migrante

Os conceitos de propriedade, via de regra, estão intimamente vinculados à estrutura social e econômica daquela comunidade que os produz. Israel, neste sentido, mostra quaisquer peculiaridades entre as nações? Sim. Falando precisamente em posse de terra, o povo de Deus mantinha uma relação precária com o solo cultivado. Durante mais do que três milênios da sua história, desde Abraão, o patriarca, até Yitzhak Rabin, o chefe de governo atual, esse povo tem desfrutado apenas de alguns poucos séculos de autonomia tranqüila. Em outras palavras: os israelitas – enquanto tentavam estabelecer uma economia sedentária no próprio país – se viram forçados, por pressões fora do seu controle, a adotar sistemas econômicos e estruturas sociais caracterizados por domínio alheio, dependência, insegurança, marginalização.

Essas condições históricas, nas quais o povo de Israel viveu, parecem básicas para apreendermos as suas atitudes frente ao problema da terra. O povo de Javé, do Deus único, do Deus que se solidarizou com os seus fiéis, permaneceu sempre peregrino, não alcançando nunca o seu destino final. Desde o início nomádico no segundo milênio a.C. até a fundação do novo estado de Israel depois da Segunda Guerra Mundial e mesmo até os presentes conflitos com os árabes, o povo sempre manteve-se vivamente consciente das condições de sua morada preliminar na terra prometida. Historicamente dito, os antigos israelitas infiltraram-se na terra cultivada de Canaã no decorrer dos séculos XII até X a.C., tentando estabelecer uma pátria permanente em meio à população indígena. Essa tentativa obteve sucesso temporário com a fundação do reino por Davi. Contudo, menos do que cem anos após o império ruíu. Israel, interiormente dividido, não pôde resistir às pressões das nações poderosas, Egito, Assíria e Babilônia. Paulatinamente a

independência de todos os pequenos estados na Palestina foi eliminada. No ano de 722 a.C. o reino israelita do norte foi anexado pela Assíria; em 587 a.C., a própria Judéia, o estado do sul, foi subjugado pelos babilônios. Destruição da cidade e do templo de Jerusalém, perda da autonomia e do culto sacrificial, exílio dos líderes, tudo isso constituiu-se numa experiência chocante para a população e, em última análise, numa derrota terrível do próprio Javé. Com exceção de um breve período de independência durante o segundo e o primeiro século a.C. e apesar de novas rebeliões contra o Império Romano nos anos de 70 e 130 d.C., Israel permaneceu sob domínios estrangeiros até 1947. Assim, divisamos um povo que tem experimentado sofrimentos incalculáveis e visto muitas esperanças frustradas.

A esse povo não foi possível desenvolver tranqüilamente uma certeza de possuir terra e pátria. A posse dos meios de sustento sempre esteve ameaçada. Desenvolveu, porém — talvez como substitutivo —, uma fé de ser eleito por Deus, de viver das suas promessas. Desde Abraão, os israelitas sempre de novo empreenderam a busca e a ocupação da terra prometida. As visões de um país onde “mana leite e mel” (Êx 3,8), de um novo êxodo do cativo babilônico (Is 43,14ss) ou de uma criação de “novos céus e nova terra” (Is 65,17) são provas nítidas do anseio por morar em segurança. No entanto, a realização da promessa divina nunca chegou a ser perfeita. Permanecia sempre uma esperança ainda não saciada, uma abertura ao futuro, uma incerteza até, quanto a onde Deus queria oferecer moradas permanentes a seus parceiros no pacto. No século antecedente à fundação do novo estado de Israel houve planos de procurar terra na África, na América do Sul ou na Austrália para os judeus. Finalmente o desejo de estabelecer-se na Palestina predominou, e o empenho das associações sionistas em todos os continentes levaram a uma realização ainda ameaçada e incerta.

É possível que os povos provenientes da tradição ocidental tenham se constituído ao longo de um percurso histórico mais tranqüilo. Embora também nós tenhamos experimentado em nossa própria história, migrações e derrotas, faltas e humilhações, a carga suportada por Israel pode ter sido mais pesada do que nossa. Seja como for, é necessário neste contexto apontar para apenas dois fatos inquestionáveis: Primeiramente, as nossas próprias histórias, seja a dos povos europeus, seja a dos sul-americanos, ainda não abrangem três milênios. Em segundo lugar, o fenômeno de um povo sobrevivendo durante tal espaço de tempo, sob liderança de um Deus exclusivo, não tem similar na nossa tradição. As nossas próprias organizações sociais, econômicas, políticas e nacionais se desenvolveram sob influências diversas e não sob direção teocrática, como aconteceu no judaísmo. Por isso mesmo, porém, reside justamente aí mais uma razão adicional para

investigarmos as tendências e conceitos formativos da nossa própria tradição.

III. Deus, o dono da terra

Temos que buscar e descrever agora algumas idéias básicas do Antigo Testamento a respeito da terra, do seu cultivo e da sua posse. A idéia de maior importância, do ponto de vista teológico, aparentemente é a do senhorio de Javé sobre a terra.

Javé era o proprietário último e máximo do solo. Não se trata de afirmação fácil nem de uma concepção automática para os israelitas. Ainda o profeta Oséias (século VIII a. C.) teve de lutar pelo reconhecimento de que o próprio Javé é o doador da fertilidade terrestre (cf. Os 2,10). Devido à tradição nômade, persistia em Israel uma certa indiferença diante de tais problemas teóricos, típicos para agricultores. Uma vez radicado na terra cultivável, o povo se tornou agricultor. Negando o poder das divindades cananéias, reivindicou o domínio da terra para o próprio Javé (é curioso que, a respeito da concepção do mundo dos mortos, esse processo ocorreu só com grande dificuldade e esporadicamente, cf. Sl 88, 10-12; Am 9,2). Javé se tornou o criador do céu e da terra (Gn 1,1 - 2,3; Sl 104), como poderia alguém contestar o seu direito de determinar o destino do mundo? Javé era o primeiro dono do solo, cabia-lhe governar como um rei (Sl 47,7; Zc 14,9), encarregar o homem com a administração da sua propriedade (Sl 8) ou distribuir parcelas da terra aos povos (Am 9,7; Is 45,1ss), particularmente a Israel.

“Eu sou o Senhor que te tirei de Ur dos Caldeus, para dar-te por herança esta terra” (Gn 15,7).

Tal tinha sido a promessa para Abraão, a que permaneceu como linha mestra através de toda a história de Israel. Javé pôde doar terra, como também pôde expulsar os outros povos como posseiros ilegítimos (Dt 7,17-26). Numa oração bem antiga, usada por ocasião de entrega sacrificial das primícias da colheita, é resumida a história das migrações: ela leva diretamente à libertação e a implantação na terra prometida.

“Javé nos tirou de Egito com poderosa mão, e com braço estendido, e com grande espanto, e com sinais, e com milagres; e nos trouxe a este lugar, e nos deu esta terra, que mana leite e mel” (Dt 26,8-9).

É importante observarmos que a insistência no domínio de Javé não era apenas uma doutrina teológica. A influência desta concepção se manifestou na legislação e na administração dos bens imóveis em Israel. As terras particulares foram distribuídas por sorteio entre as tribos e famílias (Nm 26,55s; Js 13 - 19; Mq 2,4s), para que Javé pudesse exprimir a sua vontade. Eram limitados venda (1 Rs 21,3) e usufruto privado (Lv

19,9s) do patrimônio de terra, para que cada israelita tivesse condições de viver em liberdade como parceiro de Deus. As primícias da terra e o ano de descanso (Ex 23,11.19) eram ao mesmo tempo sinais da adoração ao proprietário supremo e atos concretos para sustentar aqueles que não possuíam terras. Javé, pelo menos nos pensamentos dos escritores sacerdotais no período pós-exílico, manteve todos os direitos sobre a terra, reduzindo o povo a arrendatários na própria pátria:

“A terra não se venderá em perpetuidade, porque a terra é minha; pois vós sois para mim estrangeiros e peregrinos” (Lv 25,23).

Os profetas, partindo de concepções semelhantes, anunciam que Javé poderia revogar a dádiva da terra e re-distribuí-la (cf. Mq 2,1-5; Is 5,1-7; Jr 12,14s). Detenhamo-nos um pouco para refletir o significado de tais afirmações teológicas, embora, evidentemente, possamos abordar apenas alguns dos pontos de importância fundamental para uma investigação exaustiva da questão.

1. Obviamente a congruência total de nação, grupo étnico e organização religiosa que era natural para os israelitas, não se encontra mais na nossa situação. Por isso, todas as tentativas modernas de simplesmente transferir as condições veterotestamentárias para qualquer instituição ou entidade de hoje devem ser consideradas, desde logo, como fracassadas. Constituem-se, além do mais, em sintomas graves de uma ideologia cega e anticristã. Depois de Cristo, nem raça, nem classe, nem nação, nem igreja qualquer pode considerar-se a si mesma o grupo eleito por Deus à custa de outros. Cristo não morreu contra ninguém, mas sim em favor de todos os homens. Na Igreja que segue a Cristo, são derrubadas as barreiras entre os homens (Ef 2,11ss; Gl 3,28). Assim, nenhum grupo é privilegiado de pedir ou tomar a terra de outros, reivindicando direitos divinos. Isso vale, basicamente, para todos os conflitos internacionais, bem como para quaisquer atitudes imperialistas dentro de um país, seja frente a indígenas ou camponeses, seja em relação a outros grupos marginalizados.

Em contrapartida, há outros aspectos provenientes da história e teologia de Israel, que ainda têm, de imediato, importância para nós. São eles as tendências inerentes, as motivações e finalidades escondidas, que propõem o povo de Javé, caminhando sob direção deste Deus. Por eles somos estimulados a perguntar quanto a nossas próprias atitudes e valores.

2. Partindo da história de Israel podemos constatar: Deus quer que todos os homens sob seu controle tenham uma vida plenamente realizada. Isso leva automaticamente a reconhecer a dimensão social da posse de terra bem como de quaisquer outros patrimônios. Provoca

séria preocupação, com o destino daqueles que não conseguem alcançar uma manutenção satisfatória, que não têm condições de viver como seres humanos. Assim surge a questão urgentíssima da distribuição dos meios de sustento. E já que uma significativa e ainda rapidamente crescente porcentagem da humanidade não mais vive diretamente da agricultura, temos que incluir nas nossas considerações não somente a terra cultivável, mas também todos os meios produtivos que servem a suportar a vida humana.

3. Surge também a questão fundamental de como definir a propriedade privada. O que constitui uso correto, o que caracteriza abuso dos bens que me pertencem? Quem pode controlar a administração dos patrimônios privados ou familiares, se não existe mais, numa sociedade pluralista, o supremo juiz divino? Na verdade, os cristãos primitivos não temeram tanto a pobreza quanto a riqueza, que induz, esta sim, à transgressão de seus limites, de modo que se "quer ser como Deus", superestimando o seu poder (cf. Mt 6,24; Lc 12,13-21.33s; E. Schmidt, "Reino de Deus e as riquezas", em: *Estudos Teológicos* 15/3, 1975, págs. 14-25). A partir de nossa perspectiva, devemos acrescentar ainda: o uso arbitrário, não limitado, da propriedade privada em nossos dias não somente pode marginalizar e assim matar semelhantes, mas sim destruir o meio ambiente. O desmatamento irresponsável e o uso excessivo de inseticidas são exemplos alarmantes.

4. Como avaliar, finalmente, a dependência do homem, postulada pelo Antigo Testamento, à luz da sua autonomia atual, que transforma, e obviamente corrompe, o globo inteiro? O homem no Antigo Testamento não é um escravo de Deus, muito menos um boneco nas suas mãos. Como administrador e cultivador da terra, ele tem bastante liberdade para ser criativo (Sl 8). Contudo, resta na antiguidade, por parte do homem, essa responsabilidade última e esperança para o futuro, que a humanidade moderna quase perdeu. A nossa tarefa deveria ser equilibrar autonomia e dependência do homem. Temos que afirmar a ciência e a técnica moderna, e ao mesmo tempo insistir na humanização de todas as relações sociais, dando testemunho da transitoriedade da nossa existência.

IV. Proprietários responsáveis

As idéias mais elevadas e nobres duma religião ou cultura sempre são, em si mesmas, tão abstratas, que não podem servir diretamente como normas da vida e do comportamento diário. Podemos apontar, como ilustração, para os bons princípios de justiça e paz, igualdade e tolerância, aos quais se subscrevem todas as nações existentes. Proferir um ideal e realizá-lo são coisas bastante diversas. Nesse sentido podemos esperar também dos israelitas terem tido comportamento

análogo ao dos demais seres humanos. Como praticavam eles a administração da terra que pertencia a Javé?

Curiosamente o Israel do Antigo Testamento não desenvolveu nenhuma forma de propriedade coletiva, como aconteceu no Israel de hoje (*kibutzim*) e como também aconteceu em diversas culturas do Oriente Médio Antigo. Partindo da idéia de soberania divina, os sumérios, por exemplo, consideraram templo e sacerdócio como possesores principais do solo. No Egito, por outro lado, o faraó era o representante dos deuses e, como tal, o proprietário nominal do país inteiro (cf. Gn 47, 18-20: o conto reflete a surpresa dos israelitas com a organização social no Egito). Deixando de lado por um momento o mundo do Antigo Testamento, para falar das culturas indígenas das Américas, encontramos também aí concepções de propriedade comum. A terra em geral pertencia ao povo; conhecia-se propriedade particular somente no que tangia à colheita que provinha da parcela individualmente cultivada. Assim ainda pensam, por exemplo, os navajos do Arizona, bem como os caingangnes do Sul do Brasil.

Israel reagiu de modo diverso ao desafio da terra cultivada. O povo de Javé, nesse ponto, possivelmente tenha deixado de lado tradições nômades, adotando as concepções cananéias, a idéia da propriedade particular. Sem dúvida, não deixa de ser um ideal estranho entre os israelitas, depois da imigração em Canaã, possuir cada família livre uma porção de terra hereditária suficiente para alimentar os membros do próprio clã, inclusive parentes dependentes e escravos que viviam com a família. Quer dizer: Israel se organizou conforme as necessidades da vida agrária, o que não exclui a existência, em casos raros, de uma civilização urbana sob domínio israelita, nem o surgimento gradual, no próprio povo, de classes profissionais. Mas a base de sustento nos primeiros séculos era a agricultura. E já que todos os israelitas livres eram considerados iguais, cada homem adulto tinha assento e voto na assembleia democrática da sua aldeia. Acumulação da propriedade não era desejada, quando não excluída por convenção. Não havia grandes fazendas; personagens como Jó (cf. Jó 1,3) e Nabal (1 Sm 25,2) ou pertenceram a uma época posterior ou eram alienígenas.

Este ideal — o povo sendo satisfeito nos seus sítios, 2 Rs 4,13 — valia ainda durante o reino. Em seu nome lutou o profeta Miquéias em prol de “um homem — e sua casa; uma pessoa — e sua herança” (Mq 2,2), e castigou Isaías aqueles “que ajuntam casa a casa, reúnem campo a campo, até que não haja mais lugar e ficam como únicos moradores no meio da terra” (Is 5,8). Sendo assim, não podemos resolver a questão por que Israel adotou esse sistema da propriedade particular sob amparo de Javé. Basta aqui destacar o fato manifesto, acrescentando-se talvez de modo especulativo, que Israel não somente se submeteu à

influência cananéia, como também sentiu uma obrigação de preservar a sua estrutura familiar. Destarte ampliou o conceito de propriedade privada já conhecido no tocante a “rebanhos, servas, servos, camelos e jumentos” (Gn 30,43, cf. Êx 20,17), incluindo a terra como objeto patrimonial.

Seja como for, o ideal não se realizou perfeitamente nem em Israel. Justamente nos problemas e conflitos em torno da terra particular podemos reconhecer a importância atribuída ao ser radicado no solo patrimonial. Era necessário assegurar a herança contínua no âmbito da família. “A mim não me concedeste descendência, e um servo nascido na minha casa será o meu herdeiro” (Gn 15,3), isso é uma queixa grave diante de Javé e uma preocupação perpétua no povo do Antigo Testamento (Gn 21,10; Jr 49,1; Rt 4,6; Jr 18,21; Is 49,20s). A própria terra da família estava destinada a ser um patrimônio inalienável (1 Rs 21,3). O filho era o herdeiro natural (cf. Gn 27), mas chegou o tempo em que se tornou necessário admitir também as filhas (Nm 27,8) para suscitar o nome ... (da família) sobre a herança” (Rt 4,5). Não existia um mercado livre para compra e vendas de terras; negócios dessa ordem registrados no Antigo Testamento se referem a terra, que não era herança no sentido da lei israelita: parcelas de estrangeiros ou terrenos novos, adquiridos por própria mão-de-obra, da terra virgem (cf. Gn 23; 2 Sm 24,18ss; 1 Rs 16,24). Por outro lado, houve uma obrigação rigorosa entre o parentesco para “resgatar” terra endividada ou abandonada (Rt 4; Jr 32, 6ss). Cabe neste contexto também o “levirato” (Dt 25,5s), casamento obrigatório a fim de continuar a linha familiar. Falta de recursos financeiros e perigo de falência levava os próximos a emprestar dinheiro ao fraco (Lv 25,35-37). Para os casos em que nenhuma medida de ajuda mais servisse para evitar a perda do terreno patrimonial, a legislação previu um “ano de libertação (jubileu)” (Lv 25,8-23), no qual cada um tornava “à sua possessão, e cada um à sua família” (Lv 25,10). Essa instituição, que aparentemente combinou a libertação de escravos hebreus (Êx 21,2-11; Dt 15,12-18) e a restituição das terras familiares, e que talvez tenha tido uma ligação com o “ano de descanso” já mencionado, era a última esperança para os empobrecidos.

A rede de seguranças em torno do patrimônio da terra é impressionante no Antigo Testamento. Por certo, não temos nenhuma exposição teórica quanto às modalidades da organização social e quanto as concepções da propriedade particular. Contudo, as medidas defensivas da legislação, que se manifestam nas várias épocas da história de Israel (cf. também Pv 22,28), claramente dão testemunho quanto ao valor atribuído à terra familiar. Revelam, ao mesmo tempo, que pelo menos havia, de vez em quando, uma situação precária: o

patrimônio estava sujeito a riscos advindos de desenvolvimentos econômicos, má colheita, acidentes pessoais e outras catástrofes. Uma viúva, por exemplo, sempre experimentou dificuldades em manter seu sítio (2 Rs 4,1), e já no tempo de Davi surgiu um proletariado rural: eram "homens que se achavam em aperto", homens endividados e "amargurados de espírito" (1 Sm 22,2). Os pobres, muitas vezes mencionados nas leis e nos provérbios do Antigo Testamento, certamente são em sua maioria, gente arrancada da sua própria terra.

Outra vez devemos avaliar os conceitos e as práticas dos israelitas. Perguntamos, à luz do Antigo Testamento, como organizar a nossa própria convivência.

1. A mensagem do Antigo Testamento salienta dois aspectos. Uma vez, estipula o cumprimento da justiça de Deus, particularmente quanto aos fracos na sociedade; em segundo lugar, adverte contra qualquer utopia. Nem o domínio puro de Deus, nem o ideal da organização social se encontram simplesmente na realidade do dia-a-dia. São concepções realizáveis, sem dúvida, mas a natureza humana impede o aperfeiçoamento dos modelos sociais. São concepções contemporâneas que se submetem, naturalmente, às mudanças históricas. São concepções de alta energia, destinadas a prevalecer na realidade social, mas acontece que a equidade fracassa, devendo a caridade assumir a tarefa dela (cf. Pv 19,17; Jó 29,12).

2. A tendência, tão comum também na nossa própria cultura, de designar como propriedade particular até mesmo os recursos naturais provém de uma motivação ambígua, tanto do egoísmo e despotismo do homem quanto de reivindicações legítimas: para sobreviver em liberdade o homem precisa de uma garantia da sua manutenção. Uma ordem justa da sociedade tem que fazer jus aos desejos legítimos de todos. Quer dizer: a posse de alguns não deve cortar a chance de viver para outros. Isso acarreta a necessidade de limitar tanto a propriedade individual quanto o seu usufruto.

3. Na situação de hoje, com uma maioria da população já vivendo nos centros urbanos (no Brasil, em 1975, 60% de 110 milhões), em dependência da indústria, manutenção garantida significa: oportunidade de achar emprego, de obter salário e habitação adequados, de usufruir da previdência social em caso de doença, invalidez e aposentadoria, de acesso a um bom sistema educacional, etc. É obrigação urgentíssima da sociedade geral de criar tais oportunidades para todos. Por exemplo: existem no Brasil 17 milhões de menores carentes, que constituem uma ameaça incalculável para a sociedade. As organizações da assistência social possuem, contudo, somente umas cem mil vagas para atender a esses menores (cifra estimada; o Estado de São Paulo

tem 40 mil vagas conforme o *Correio do Povo*, 1º de agosto 1976, pág. 18).

4. No campo rural ainda vivem 40,18% da população brasileira ou de 44 até 45 milhões de pessoas (estimativa para 1980: 36,48%, conforme o Anuário Estatístico do Brasil 1975, págs. 65s). Uma boa parte dos camponeses – em noticiário de TV foi fornecida a cifra de 12 milhões – não tem nenhum título de propriedade e os salários dos operários rurais são extraordinariamente baixos. A migração para as cidades, por outro lado, vai sufocar as áreas urbanas. Para melhorar a situação, precisar-se-iam programas extensos em todos os setores da vida, a fim de alcançar uma infra-estrutura satisfatória e elevar o bem-estar do homem no interior.

O governo nacional bem como os governos estaduais estão conscientes de todos os problemas da cidade e do campo. Trabalham em busca de soluções para cada uma das misérias. Em última análise, porém, trata-se de uma questão de orçamento. A atual distribuição dos bens e de suas rendas não permite investimentos maiores do que aqueles que estão sendo efetuados presentemente.

5. Convém falar, neste contexto, sobre os indígenas, pois um de seus problemas básicos é justamente a propriedade e a garantia de posse da terra. Constituem uma minoria fraquíssima na nossa sociedade, e, como disse o antropólogo Orlando Villas Boas, a implantação de uma política integracionista agressiva nada mais significaria do que o início de um rápido processo de extinção dos poucos remanescentes indígenas do país (conforme o *Estado de São Paulo* de 27 de abril de 1976). Se favorecemos uma aculturação lenta, sem pressões, ou até uma preservação da cultura indígena, temos que optar em favor de reservas garantidas. Uma grande nação facilmente pode conceder tais meios de manutenção aos pequenos grupos de indígenas, cujos antecedentes outrora possuíram todo o território.

V. Atitudes frente aos indígenas

O Antigo Testamento dá oportunidade de refletirmos mais precisamente a situação de uma população primária. Já observamos que um dos problemas especiais em Israel residia no fato de que a terra prometida estava parcialmente ocupada pelos cananeus. Israel tinha que se arranjar com a população indígena, que já mantinha um nível técnico e cultural bem desenvolvido. Como se defrontou o povo da imigração com a população sedentária? Temos diversos contos que refletem as diferentes situações. As atitudes possíveis, por parte dos israelitas, vão desde um respeito ilimitado dos direitos dos cananeus até uma mais ou menos brutal opressão e exploração da população indígena. Abraão, por exemplo, compra uma sepultura, para Sara, de Efrom, o heteu, observando todas as regras cananéias (Gn 23):

“Assim, o campo de Efrom, que estava em Macpela, fronteiro a Manre, o campo, a caverna e todo o arvoredo, que nele havia, e todo o limite ao redor, se confirmaram por posse a Abraão...” (Gn 23,17s)

O grande fazendeiro que se chama Nabal (1 Sm 25) parece ser um homem cananeu, que manteve as suas extensas terras sob proteção do estado israelita. Além deste exemplo, aquelas listas de Davi e Salomão que enumeram oficiais e funcionários do estado, nos indicam que certos homens cananeus alcançaram altas posições em Jerusalém (cf. 2 Sm 8,15-18; 20,23-26; 1 Rs 4). Naturalmente, cada ascensão vinha acompanhada de aquisições e doações de terra, pois precisamente assim se assalariavam serviços prestados aos reis (cf. 2 Sm 9,7; 19,30). De outro lado, encontramos no Antigo Testamento narrativas de violentos conflitos com os cananeus, que levaram à sua subjugação. Assim, Gn 34 conta a destruição dos siquemitas; Js 9 explica, por que os gibeonitas sobreviveram, sendo, na época do narrador, “rachadores de lenha e tiradores de água para toda a congregação” (Js 9,21). Não sabemos, porém, se estes escravos haviam perdido suas terras ou não. Uma conquista violenta de uma cidade cananéia, como relatada em Jz 19,27-29, certamente era seguida pela expropriação (cf. vs. 28)

Portanto, não obtemos um quadro uniforme para essa primeira época pré-monárquica. Contudo, podemos imaginar (e mais ou menos provar historicamente) que a tomada da terra pelos israelitas em princípio ocorreu de modo pacífico. Tratou-se de uma infiltração lenta nas áreas desocupadas, entre as cidades cananéias. O próprio Antigo Testamento mostra, como foi descrito acima, as diversas formas de inter-relação entre os grupos étnicos, que resultaram da penetração israelita na terra de Canaã. Em tempos bem posteriores essas relações com os “estrangeiros” foram conceituadas em termos jurídicos ou teológicos. A experiência acumulada no interregno, marcada tanto por extensa convivência quanto por conflitos, guerras, humilhações, desempenhou papel importante nesse processo. Enquanto que as leis em geral objetivam proteger o “forasteiro” (Ex 20,10), muitas vezes argumentando que os próprios israelitas foram estrangeiros no Egito (Lv 19,33ss; mas cf. a brusca rejeição de amonitas e moabitas na lei deuteronomica, Dt 23,4), a ideologia da Guerra Santa, que surgiu provavelmente apenas no período exílico, propagava profunda aversão a todas as influências de fora, até mesmo exigindo a aniquilação da população indígena (Dt 20,16-18; Js 6,21; 1 Sm 15,8) e proibindo qualquer vínculo ou intercâmbio com ela (Ex 34,12-16; Nm 25,6-8; Ne 13,23-28). Tal ideologia não reflete a situação de antes de 587 a.C., mas sim a reconstrução da sociedade israelita sob domínio dos babilônios e a época posterior, quer dizer: não se trata da atitude de um povo vitorioso (nem mesmo os

russos exterminaram os alemães por vingança no ano de 1945), mas sim de um mecanismo de auto-defesa e consolidação de um povo humilhado.

Refletindo, agora, sobre o testemunho do Antigo Testamento, temos que considerar mais uma vez a posição de Cristo. Sendo realistas, reconhecemos os interesses divergentes entre grupos étnicos diversos. Contamos, também, com conflitos e até tragédias, especialmente nos encontros entre brancos e índios. As tribos ainda não aculturadas na Amazônia, por exemplo, correm o risco de sucumbir às doenças desconhecidas que os brancos trazem consigo. No entanto, a nossa aspiração como cristãos é outra. Se realmente as barreiras entre os homens são derrubadas por Cristo, então a prudência e o humanismo de Cristo poderiam dominar. Uma subjugação e exploração de uma classe, um grupo étnico ou uma outra nação não é mais permissível, quanto menos a opressão de uma minoria tão desamparada como a dos índios. Porque não? Os "outros" não são inimigos naturais? Os índios não pertencem à floresta que deve ser devastada? Não. Em Cristo, a ilusão da própria superioridade e da inferioridade do outro homem não é mais válida. Todos os homens – não obstante as grandes diversidades culturais – são irmãos e iguais. Seja agora o único princípio de comportamento o amor ao outro. O cristão tem a obrigação definitiva de buscar o bem-estar do outro, sobretudo do próximo fraco. A fé cristã não pode se introverter, mas deve ser orientada para o semelhante procurando satisfazer as suas carências. A respeito da população indígena, isso poderia significar: lutar em favor dela, que tem menos oportunidades de se defender, menos meios de se formar. Exclui-se, também, por definição, da posição cristã; uma atitude patriarcalista. Os povos assim chamados "primitivos" não são inferiores, não são crianças que constantemente precisariam da tutela e condução dos benevolentes adultos. São homens que vivem numa cultura bem diferente da nossa. Certamente precisam de amigos dentro daquelas estruturas políticas e econômicas, em que se decide o seu destino. Os indígenas não conhecem bem o funcionamento da nossa sociedade. Muitas vezes não contavam com a imensa avidez do homem branco e cristão. E amiúde simplesmente confiavam nas promessas do missionário ou no contrato do governo. Para nós, a convivência com eles certamente constitui um problema delicado. Sentimo-nos desafiados pelo seu estranho modo de viver, por valores, costumes, sentimentos religiosos que não concordam com os nossos. Lamentamos, talvez, que tanta nobreza humana inerente às culturas indígenas, está fadada a desaparecer duma maneira ou outra, sucumbindo à civilização técnica. O que fazer? Soluções humanas e cristãs seriam talvez aquelas que oferecem, aos índios restantes, amplas oportunidades de viver independentemente, conforme seus próprios padrões. Ao mesmo tempo, deveria ser dada

tanta assistência técnica e cultural quanta seria bem-vinda. Isso pressupõe, mais uma vez, que a integridade das reservas deveria ser mantida. Os navajos do Arizona, por exemplo, apesar de todas as dificuldades e decepções com os brancos, têm hoje mais do que cem mil membros (eram mais ou menos 10 mil no ano 1868). Possuem uma reserva garantida (pois extremamente infértil), sob controle da própria tribo, detêm uma certa autonomia, inclusive polícia própria, e certas possibilidades de desenvolvimento industrial. A qualidade mais importante para eles parece ser uma dignidade, que voltou, no percorrer das últimas décadas, ao povo derrotado. O orgulho de ser índio por sua vez facilita a busca de novos caminhos com base na própria língua, cultura e religião. A partir de tais fenômenos e avaliações a nossa concepção da missão cristã certamente deveria ser reconsiderada.

VI. Casa grande e senzala

Resta falar brevemente sobre dois outros desenvolvimentos na história do Israel antigo, ambos perturbações profundas que abalaram a estrutura social baseada no sistema dos sítios hereditários. Em primeiro lugar, o reino desde o décimo século a.C., criou as suas próprias ordens que colidiram com as normas estabelecidas. O rei israelita, naturalmente, imitando ou não os seus colegas da vizinhança, introduziu uma administração central, arrecadando impostos, a fim de sustentar a sua corte e o exército permanente (também uma inovação!), além dos serviços diários no templo (cf. 1 Rs 5,2-8). Antes do reino, no tempo da aliança tribal, não houve praticamente nenhuma instituição central. No entanto, a fim de poderem sobreviver, a situação política por volta de 1000 a.C. exigia dos israelitas uma organização mais rígida. E, apesar de toda a crítica contemporânea (cf. Jz 8,22s) os israelitas dessa época se convencerem de que somente um rei poderia fornecer o poder militar e político necessário (cf. 1 Sm 8-10, onde tradições mais antigas, a saber 1 Sm 9,1-10,16, são incrustadas em interpretações posteriores). Lá começou, inevitavelmente, a centralização do poder em Israel.

As conseqüências sociais foram consideráveis. Formou-se, bem rapidamente, uma elite de oficiais e militares, que não somente esperava alimentação, mas também meios para viver conforme a sua categoria, reivindicando, além disso, um futuro garantido. Conforme as condições da antiguidade, tudo isso podia ser oferecido somente por títulos de propriedade de terra. De onde, contudo, o rei israelita tomaria as parcelas e territórios para satisfazer as carências dos seus "servos"? Quase toda a terra arável já estava distribuída entre os israelitas. O rei pôde, possivelmente, comprar terra de cidadãos cananeus que estavam dispostos a vendê-la, pois não eram obrigados a manter o solo como patrimônio inalienável (cf. 2 Sm 24,24; 1 Rs 16,24). O rei pôde, também

confiscar as fazendas de seus adversários internos ou externos, dispondo à vontade sobre elas (cf. 2 Sm 19,30). Em se tratando de posse do rei precedente, tal aquisição não foi ofensiva, pois a terra real não estava sob proibição de ser transmitida; também não era patrimônio no sentido do direito antigo. Mas os reis evidentemente exigiam também a propriedade daquelas famílias que abandonavam o seu solo, seja por causa da emigração (2 Rs 8,3), seja por causa de dívidas demasiadas ou por falta dum herdeiro. O sinistro plano de Jezabel para obter a vinha de Nabote (1 Rs 21) se orienta à essa possibilidade de expropriar terrenos. Aparentemente, em todos esses últimos casos o rei contestou o direito tradicional das aldeias ou clãs de distribuir a terra disponível por sorteio. A oposição posterior alerta o povo para esse fato, sob forma de uma profecia de Samuel:

“Tomará o melhor das vossas lavouras e das vossas vinhas, e dos vossos olivais, e o dará aos seus servidores.

As vossas sementeiras e as vossas vinhas dizimará, para dar aos seus oficiais e aos seus servidores” (1 Sm 8,14s).

Está claro: no período do reino cresceu em Israel uma elite de funcionários reais (incluindo os sacerdotes), insaciável na tentativa de aumentar o domínio sobre a terra israelita. Sem dúvida esses grandes fazendeiros, que em verdade viveram na cidade, muitas vezes também usaram meios ilegítimos e até criminosos para alcançar as suas metas. A partir desses fatos fica evidente por que os profetas do Antigo Testamento denunciam as práticas daqueles “que ajuntam casa a casa, reúnem campo a campo” (Is 5,8; cf. Mq 2,2; Am 2,6; Jr 22,13). Os profetas lutam em favor dos camponeses e contra os latifundiários. Os pequenos proprietários durante o reino ainda se basearam no antigo direito tribal, enquanto que a nova classe dos proprietários urbanos, surgindo em consequência de necessidades políticas e econômicas, representava uma estrutura social bem diferente. Antigamente Israel tinha tido uma ordem tribal, mais ou menos democrática; o reino mudou-a numa ordem feudal, com a tendência de expropriar, explorar e marginalizar os pequenos proprietários. O protesto dos profetas era justo ou não? Sem querer julgar as necessidades políticas, econômicas e agrícolas atrás desse desenvolvimento, podemos constatar, que o processo de desalojar os pequenos proprietários dos seus sítios criou miséria e angústia imensa. Neste sentido a condenação dos profetas tem razão e permanece válida.

A segunda perturbação e corrupção da ordem antiga ocorreu depois da derrota do ano de 587 a.C.. Os babilônios não implantaram nas províncias conquistadas uma elite alienígena, como fizeram normalmente os assírios (cf. 2 Rs 17,24ss). Os babilônios somente executaram poucos líderes da rebelião (2 Rs 25,18-21) e deportaram uma minoria da

elite judaica, umas "quatro mil e seiscentas" pessoas (Jr 52,30). Mas justamente essas medidas sugerem também as causas da miséria que se seguiu. Provavelmente o rei vitorioso confiscou a propriedade real, bem como os patrimônios dos executados e exilados. Lm 5,2 lamenta as expropriações feitas pelos estrangeiros. Refere-se, evidentemente, à situação sob domínio babilônico. Muito mais tarde, o povo ainda reclama da injustiça interna, bem como do duro fardo dos impostos estrangeiros (Ne 5,1-5). Isto significa: Sobrepôs-se à ordem social israelita uma estrutura alienígena e hostil, reduzindo mais uma vez a liberdade do povo de Javé e de todos os seus membros. Mesmo supondo que, pouco a pouco, a vida nas províncias babilônicas tenha voltado à normalidade e que os vencedores governaram parcialmente através de leis tradicionais e regionais, temos que contar com uma grande redistribuição da propriedade nas nações derrotadas. Conforme a vontade dos novos soberanos, os elementos leais na população israelita certamente recebiam recompensas, também na forma de títulos de propriedade de terra. Contudo mesmo depois desta revolução social permaneceram ainda o fardo econômico da dependência e uma incerteza quanto à estabilidade da ordem social, bem como das condições e dos direitos da propriedade. Assim Israel começou a sua peregrinação através da história, sob a condução de Javé, por certo, mas também sob o senhorio de potentados alienígenas, a reger mormente todas as circunstâncias da vida diária.

Neste ponto deveria continuar a nossa reflexão sobre os bens a nós confiados e a ordem social que melhor corresponde à soberania de Deus. Como evitar as tentações de nos tornarmos proprietários absolutos e autocratas? Como libertar a multidão das dependências desumanas? Como realizar, no nosso sistema econômico, o amor de Cristo?

Anotação

O presente ensaio é uma palestra revisada, originalmente proferida a um grupo de estudantes que se dedica a questões de indígenas na América do Sul. Agradeço muito ao colega Walter Altmann, quem corrigiu o meu português.

Bibliografia

A.Alt, "Der Anteil des Königtums an der sozialen Entwicklung in den Reichen Israel und Juda", em: **Kleine Schriften**, Bd.3 (München, 1959), págs. 348-372.

P. Diepold, **Israels Land** (Beiträge zur Wissenschaft vom Alten und Neuen Testament, 95; Stuttgart, 1972).

F. Horst, "Eigentum nach dem Alten Testament", em: **Gottes Recht** (Theologische Bücherei, 12; München, 1961), págs. 203-221.

K. Koch, "Die Entstehung der sozialen Kritik bei den Profeten", em: **Probleme biblischer Theologie**, hrsg. von H.W.Wolff (Festschrift von Rad; München, 1971), págs. 236-257.

M. Schwantes, **Das Recht des Armen** (Diss. Heidelberg, 1974).

R. de Vaux, **Das Alte Testament und seine Lebensordnungen**, 2. Aufl. (1964).